

“Próximo o fim da crise da dívida”

6 FEV 1992

por Getulio Bittencourt
de Nova York

No décimo aniversário da crise financeira internacional, a 28 de agosto próximo, os bancos credores esperam ter concluído “em princípio” acordos para reestruturar as dívidas do Brasil e da Argentina. Com isso, segundo afirmou ontem em Davos, na Suíça, o executivo internacional sênior do Citicorp, William Rhodes, a crise da dívida poderá estar enfim superada.

Rhodes disse que o acordo com o Brasil depende da implementação do seu recente acordo “stand-by” com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Numa entrevista à agência Reuters, acrescentou que o ministro da Economia da Argentina, Domingo Cavallo, quer um acordo até junho. Disse que espera também neste ano começar a resolver o problema do Peru e acredita que a Venezuela vai manter seu programa de reformas a despeito da tentativa de golpe.

Mas outros banqueiros ainda são mais cautelosos que o executivo internacional sênior do Citicorp. “Dizer que os novos acordos encerram o problema da dívida é pensar num mundo em branco e preto, e eu não creio que o mundo seja em branco e preto”, diz uma vice-presidente sênior do Chase Manhattan Bank, Kathy O'Donnell Galbraith. “Concluir acordos de redução da dívida pelo Plano Brady é um passo importante, mas não significa o fim da crise”, ressalva.

O que acontece, segundo Kathy, é que “o Brasil, por exemplo, terá de continuar a desenvolver sua economia, e ajustá-la, para efetivamente deixar a crise para trás. Se não fizer isso, teremos trocado maus empréstimos bancários por bônus terríveis do País, e aí, qual é a diferença? É preci-



William Rhodes

so trabalhar muito para encontrar a saída da crise”.

Martim Schubert, da Eurinam, concorda com ela. “Acho possível que existam acordos em princípio

(Continua na página 2)

A Europa corre o risco de tornar-se um continente de consumidores, se a Comunidade Econômica Europeia (CEE) não adotar uma estratégia para estimular os setores-chave da indústria. A advertência foi feita ontem, em Davos, pelo empresário italiano Carlo De Benedetti perante o Fórum Econômico Mundial.

(Ver página 2)

“Próximo o fim da crise da...

por Getúlio Bittencourt
de Nova York
(Continuação da 1ª página)

com Argentina e Brasil até agosto, mas eu esperaria a implementação desses acordos só lá pelo terceiro ou quarto trimestre. Isso não será, contudo, o fim da crise da dívida. Outros países da América Latina ainda terão que fazer o Plano Brady”.

Embora reconheça que os acordos com Brasil e Argentina “encerram a fase aguda da crise da dívida para os principais países devedores”, dado que México, Venezuela e Filipinas também já fizeram seus Planos Brady, Schubert diz que “programas de redução da dívida ajudam, mas não resolvem o problema. O máximo que se pode dizer é que a doença foi medicada, mas não curada”.

Na mesma linha, Conor O'Driscoll, da corretora alemã Metallgesellschaft, afirma que “todas as notícias que temos sobre as negociações do

Brasil e da Argentina com os bancos são positivas, mas parece muito prematuro dizer que estamos perto do fim da crise da dívida. Creio que se pode dizer a esta altura, porém, que há luz no fim do túnel. Que ainda existem problemas se pode ver pela tentativa de golpe na Venezuela, país que já fez seu Plano Brady e ainda tem sérios problemas econômicos e sociais para resolver.

Apesar de todas essas cautelas, a lista de boas notícias é crescente. Outra, ressaltada por Richard Buckholz, Carlos Rodríguez Pastor e Omar Alvarado num relatório para os clientes do Citibank, registra os avanços que o Panamá vem fazendo. Nesta semana, o vice-presidente panamenho Guillermo Ford anunciou que seu país retoma os pagamentos de US\$ 680 milhões atrasados com as agências multilaterais. Em troca, poderá receber mais de US\$ 700 milhões em novos empréstimos na temporada 1992/93.

“Nós acreditamos que os atrasados serão cancelados com fundos vindos de doações bilaterais, empréstimos do Tesouro dos EUA e uma parcela de reservas panamenhas em moedas fortes”, dizem Pastor e sua equipe no relatório. Eles acreditam que “a capacidade do Panamá de servir sua dívida é fortalecida pelo forte prospecto de crescimento econômico e possíveis desdobramentos que podem gerar US\$ 900 milhões na privatização de sua companhia telefônica nos próximos doze meses”.

Rhodes destaca ainda, para reforçar seu argumento, que “quando você tem acordos em princípio com os bancos, cria-se confiança suficiente para obter alguns fluxos importantes de capital, tanto capital que havia fugido do país quanto novos investimentos externos”. Segundo dados de que dispõe, algum capital que fugira do Brasil e da Argentina nos últimos anos já está retornando.